

Monatran

JORNAL DO MONATRAN - MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - OUTUBRO DE 2014 - ANO 5 - Nº 58



Lojas Koerich foi a responsável pela limpeza e tratamento da FIGUEIRA DA PRAÇA XV



Conheça as propostas do Governador Colombo para o Trânsito de Santa Catarina

PÁGINA 9



- O governador em exercício, desembargador Nelson Schaefer
- Martins, sancionou a lei de criação da região metropolitana - Florianópolis.
- Página 13

KOERICH
Gente Nossa



SEJA CAUTELOSO NO TRÂNSITO.



PROIBIDO
ULTRAPASSAR



VELOCIDADE
MÁXIMA



RETORNO
PROIBIDO

EDITORIAL

SEMANA NACIONAL
DA HIPOCRISIA

No último mês de setembro, mais uma vez acompanhamos a chamada “Semana Nacional do Trânsito” - uma iniciativa do Ministério das Cidades por meio do Denatran, que pouco contribui para a real conscientização de motoristas, pedestres e motociclistas quanto à necessidade do respeito às leis do trânsito.

Diversas vezes já nos posicionamos aqui no Jornal O Monatran e, em outras oportunidades, pela imprensa afora, que campanhas de curta duração como esta não são eficientes. Aliás, estudos já demonstram que ações pontuais de educação para o trânsito mais deseducam do que ensinam, pois passam uma ideia equivocada, subliminarmente, de que existem alguns períodos do ano nos quais se deve cumprir as regras de trânsito, tomar cuidado com os riscos ou se interessar pelo assunto, dando a entender que a segurança no trânsito não precisa ser uma tarefa contínua.

Por outro lado, já é comprovado que programas de educação de longa duração, consistentes e com metodologia adequada, funcionam. Por este motivo, lembramos que nosso Centro de Excelência de Trânsito, a ser construído no Sapiens Parque, voltar-se-á, prioritariamente, para a formação educacional no trânsito, pois compreendemos que assim como em outros segmentos a formação educacional contínua é a ferramenta da mudança. Para tanto, investiremos tanto na Escola Infantil de Trânsito, como em um Centro de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Tecnológicas e Científicas de Trânsito; além da Escola Pública de Trânsito, Centro de Reciclagem de Motoristas, Centro de Capacitação de Professores, entre outros.

Mas, voltando a tal semana, que seria melhor denominada “Semana Nacional da Hipocrisia”... além de seguir um modelo ineficiente, temos percebido um descaso cada vez maior para com a iniciativa. A sua divulgação tem diminuído a cada ano e suas ações têm se demonstrado cada vez mais vazias.

O Dia Sem Carro, por exemplo, não conta com uma campanha de conscientização prévia e as pessoas são pegadas de surpresa pela informação de aquele dia deveria ser diferente, desmoralizando ainda mais uma campanha aparentemente fadada ao fracasso, se continuar seguindo o modelo no qual se encontra.

Por fim, nosso sonho é que um dia as autoridades se conscientizem de que as ações promovidas durante a Semana Nacional do Trânsito deveriam se estender durante todo o ano.

NOTAS E
FLAGRANTES

Por Ellen Bruehmüller
contato@monatran.org.br

**Semáforo dançante**

Para evitar que pedestres arrisquem a própria vida em nome de alguns meros segundos, ao atravessar a rua quando o semáforo está aberto para os carros, foi instalado em Lisboa (Portugal) um sinal para pedestres cujo boneco dança, enquanto está vermelho.

A ideia é chamar a atenção dos transeuntes e fazer com que se divirtam ao mesmo tempo em que esperam o sinal abrir. A brincadeira faz parte de uma campanha promovida pela fabricante de veículos Smart, com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a importância de esperar o sinal verde para continuar caminhando.

Aplicativo

O aplicativo de trânsito Waze e a Bacardi fecharam uma parceria para promover uma ação sobre o consumo consciente do álcool. O usuário que acessar o Waze e estiver em regiões de São Paulo conhecidas pela agitada vida noturna de bares e restaurantes irá visualizar a mensagem “Dirija com cuidado - Se beber, vá de carona”.

**Mochila-skate**

Tem gente que gostaria de ir trabalhar de skate, mas não tem coragem de aparecer na ‘firma’ com o carrinho embaixo do braço. Para resolver esse problema e facilitar a vida de quem opta por esse meio de transporte no dia-a-dia, um grupo de brasileiros desenvolveu a Movpak, uma mochila que vem com um skate embutido.

A invenção pode ser usada nas costas como uma mochila normal (com rodinhas), mas quando o usuário desejar, basta puxar o skate pra fora e sair deslizando. Enquanto a peça está sendo usada como transporte, a mochila fica na parte de trás do carrinho e não atrapalha em nada, deixando as costas livres do peso extra.

A novidade foi lançada no Kickstarter e os interessados em adquirir uma podem apoiar a iniciativa na campanha de crowdfunding.



Jornal do MONATRAN -
Movimento Nacional de Educação no Trânsito
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911
Centro - Florianópolis / Santa Catarina – CEP 88020-000
Fone: (48) 3333-7984 / 3223-4920
E-mail: jornal@monatran.org.br
Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores: José Carlos Pacheco
Sergio Carlos Boabaid
Luiz Mario Bratti
Jorge Castro Reis Filho
Francisco José Mattos Mibielli

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT

Redatora: Ellen Bruehmüller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

Tiragem: 12.000 exemplares

Distribuição: Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.

ESPAÇO DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá
robertobentes@monatran.org.br



A PRF e o trânsito

Criada pelo presidente Washington Luiz em 24 de julho de 1928, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) sempre esteve diretamente vinculada com as questões do trânsito nas rodovias, sendo denominada, inicialmente, de “Polícia de Estradas”.

Em 23 de julho de 1935, foi criado o primeiro quadro de policiais da hoje PRF, denominados, à época, “Inspetores de Tráfego”. No ano de 1945, já com a denominação atual, a corporação foi vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Finalmente, em 1988, com o advento da Constituinte, a PRF foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, recebendo como missão exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, conforme o §2º, do artigo 144 da Constituição Federal.

Posteriormente, as atribuições da PRF foram definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (Polícia de Trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (que dos seus dez incisos,

sendo a maioria relacionada ao trânsito, inclui dois relacionados ao combate ao crime).

Desta forma, a prioridade da atuação da PRF sempre foi o trânsito nas estradas. Ao longo dos 61 mil quilômetros de malha federal, a PRF deve fiscalizar o cumprimento do CTB, prevenir e reprimir os abusos, como excesso de velocidade e embriaguez ao volante, e prestar atendimento às vítimas de acidentes.

Todavia, o que temos visto nos últimos anos é um distanciamento do cumprimento de sua competência prioritária. A PRF parece muito mais preocupada com suas ações relacionadas à segurança pública (repressão ao tráfico de armas e de drogas, assalto a ônibus e roubo de cargas, furto e roubo de veículos, tráfico de seres humanos, exploração sexual de menores, trabalho escravo, contrabando, descaminho e pirataria e crimes contra o meio ambiente), quando deveria apenas colaborar com estas questões, focando-se

principalmente com os problemas do trânsito nas estradas.

Assim, como se não bastasse o fato de estar com o seu contingente cada vez mais reduzido, a PRF parece estar com sua atividade principal relacionada ao trânsito cada vez mais desvirtuada.

Nos dias de hoje quase não se vê viaturas circulando pelas estradas e é difícil ver agentes até mesmo nos postos da PRF.

Mais uma vez a PRF é chamada a participar de ação policial, no combate a onda de atentados contra ônibus e veículos, bases policiais, agentes de segurança e bens públicos e privados em Santa Catarina. Será que não bastam as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Guarda Nacional, as Guardas Municipais armadas e a Polícia Civil, para garantir a volta da normalidade e da paz? É correto convocar a PRF e abandonar as nossas rodovias à própria sorte, contribuindo, com isso, para o aumento nas nossas estatísticas de morte e seqüelados?



ÔNIBUS-ANFÍBIO

Adaptado para trafegar tanto na água quanto no asfalto, um ônibus-anfíbio navegou pelo Rio Tietê no dia 17 de setembro. A ação faz parte do projeto Por Uma Cidade Navegável, que busca mostrar os rios de São Paulo como opção de transporte, bem como chamar a atenção para os benefícios da recuperação dos rios urbanos.

Totalmente desenvolvido no Brasil, atualmente, o veículo é utilizado em passeios turísticos no Rio de Janeiro. Sonho com alguns desses em nossa Florianópolis!

CAMPANHA CRIATIVA

A campanha criada pelo departamento de polícia do Colorado nos EUA, alerta em outdoor, com direito a relevo, como é perigoso não resguardar distância entre um veículo e outro.



MEGACICLOVIA

Uma megaciclovía com 70 mil quilômetros de extensão será construída na Europa até 2020. A “EuroVelo” ligará 43 países em um total de 14 rotas de diferentes tamanhos. Ela poderá ser utilizada tanto por turistas em grandes viagens quanto pelas populações locais no deslocamento do dia a dia. A Federação Europeia de Ciclistas, idealizadora do projeto, oferece em seu site oficial informações dos trechos que já estão prontos.



TRANSPORTE OFICIAL

A Associação dos Ciclistas da Holanda (“Fietzersbond”, no original) fez uma parceria com o artista Mapije de Wit para criar pontos de carona de bicicleta na cidade de Utrecht. A ideia é simples: se você precisa de uma carona, basta ficar ao lado de um dos cartazes que marcam o ponto e fazer o clássico sinal para os ciclistas que estiverem passando. Depois, é só subir na magrela. A prefeitura de Utrecht se diz favorável à iniciativa e está estudando uma maneira de torná-la legal e oficial.



Estatuto das Guardas Municipais é contestado no Supremo Tribunal Federal

Aprovado em julho no Senado, o projeto que criou o Estatuto Geral das Guardas Municipais (PLC 39/2014) e foi transformado na Lei 13.022 é alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação foi ajuizada pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), que questiona a competência da União para legislar sobre guardas criadas no âmbito dos municípios, bem como a atuação dos agentes como policiais.

Para a entidade, a lei fere a Constituição ao transformar as guardas em polícias e em bombeiros, com funções de prevenção e repressão imediata, além do atendimento de situações de emergência. A Feneme afirma que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal (competência da União) e das Polícias Civil e Militar, nos estados e no Distrito Federal.

O relator da ADI, ministro Gilmar Mendes, adotou o rito abreviado para que a decisão seja tomada em caráter definitivo pelo Plenário do STF, sem análise prévia do pedido de liminar. O Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro (Sisep-Rio) também ingressou no processo.

ESTATUTO

O Estatuto, que garante porte de arma aos guardas municipais, regulamenta dispositivo da Constituição que prevê a criação dessas corporações civis. A seleção dos agentes é feita por concurso público. Fica a critério do município a forma de capacitação dos novos agentes com cursos da prefeitura ou por meio de convênios.

A guarda municipal deverá ainda colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas e contribuir

para a pacificação de conflitos. Mediante parceria com órgãos de trânsito estadual ou municipal poderá fiscalizar o trânsito e expedir multas.

Outra competência é encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime. Os agentes poderão também auxiliar na segurança de grandes eventos e atuar na proteção de autoridades. Ações preventivas na segurança escolar poderão igualmente ser exercidas pela corporação.

CONFLITO

A Lei 13.022, sancionada no início de agosto, insere mais de 70 mil guardas municipais no sistema nacional de segurança pública. Na tramitação do projeto no Senado, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), refutou a alegação de conflito de competência.

No entendimento de Gleisi, o texto é “claramente constitucional”, pois se limita a estabelecer normas gerais para as guardas municipais. Conforme o art. 144 da Constituição, “a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades” (§ 7º), cabendo aos municípios “constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações” (§ 8º).

Para resolver o problema de atribuições, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defende a aprovação de proposta que unifica as polícias (PEC 51/2013), em tramitação na CCJ.

“Antes de colocarmos novas personagens em cena, temos que pensar em reformar a segurança pública brasileira”, afirmou o parlamentar durante a votação do estatuto.

Gilberto Occhi defendeu priorizar a bicicleta como meio de transporte no país

O ministro das Cidades, Gilberto Magalhães Occhi, participou, no dia 22 de setembro, da entrega de 40 vagas para bicicletas na sede do ministério para uso dos funcionários e visitantes que utilizam este meio de transporte. A ação educativa fez parte do Dia Mundial Sem Carro, criado em 1997 na França. Segundo o ministro, esta é uma oportunidade para priorizar o transporte individual e não-motorizado. “Nós esperamos que o Brasil siga esse exemplo, não só o setor público, mas o setor privado também”, afirmou Occhi.

O evento começou na garagem da sede do ministério onde foram instaladas 20 vagas para as bicicletas dos funcionários, além das dez que já existiam. No local, foram instalados banheiros com chuveiros para atender aos funcionários. Em seguida, acompanhado por ciclistas e servidores, ele fez o trajeto a pé até a entrada principal do prédio onde foram entregues mais dez vagas de bicicletas em paraciclos para servidores e visitantes.

Gilberto Occhi lembrou que os projetos de mobilidade urbana do país apoiados pelo Governo Federal contemplam cada vez mais as ciclovias. “É importante que a ciclovieira possa fazer uma interlocução ou integração junto com metrô, VLT, BRT e todos os outros movimentos de mobilidade urbana que estamos construindo no Brasil”, afirmou o ministro. Os projetos de obras de mobilidade urbana e pavimentação/qualificação de vias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm mais de mil quilômetros de ciclovias.

A expectativa é de que outros ministérios também instalem paraciclos para seus funcionários e visitantes. Para incentivá-los, o ministro assinou durante o evento um Aviso Ministerial que será encaminhado aos órgãos federais em que propõe ações semelhantes.

“Nós gostaríamos que os ministérios da Esplanada passassem a apoiar cada vez mais o transporte não-motorizado, a bicicleta e instalar nos seus ambientes um bicicletário para atender aos funcionários e visitantes que utilizam este meio de transporte”, disse.

A mobilização fez parte das ações da Semana Nacional de Trânsito, que acontece anualmente de 18 a 25 de setembro. A iniciativa, que atende a demanda dos servidores do Ministério das Cidades, cumpre a Lei Distrital nº 4.800/12 que dispõe sobre a obrigação, em certos estabelecimentos, de instalação de bicicletários no Distrito Federal.

Servidor - Carlos Ney Araújo, de 35 anos, é servidor do Ministério das Cidades desde 2003. Morador do Cruzeiro, ele enfrentava um trânsito intenso em horário de pico para percorrer de carro os 10 quilômetros em seu percurso de casa para o trabalho. Em média, 30 a 40 minutos eram gastos pelo servidor.

Há três meses, Carlos resolveu experimentar uma nova atitude que mudou a sua saúde e qualidade de vida. Por incentivo de um amigo, o servidor abandonou o estresse do engarrafamento e comprou uma bicicleta no período de férias. No tempo de folga, realizou o percurso de casa para o trabalho com o novo meio de transporte para treinar. Atualmente, Carlos vem diariamente de bicicleta para o trabalho e leva em média 30 minutos. “Ganhei qualidade de vida, tempo e saúde, além de economizar. Depois que aderi essa prática, perdi quatro kilos. Sem dúvida mais pessoas deveriam aderir”, afirmou.

Após a mudança de atitude, Carlos incentiva os amigos e os colegas de trabalho a utilizarem a bicicleta. “Essa nova infraestrutura proposta pelo Ministério das Cidades pesa bastante a favor desse incentivo”, disse o servidor.

Jose Roberto de Souza Dias *



Como você quer ser lembrado?

O Pastor Tim Rabon tocou profundamente todos que assistiam seu culto dominical na Beacon Baptist Church, na Carolina do Norte, Estados Unidos, quando fez essa pergunta de forma direta e objetiva.

Fundamentou-a dizendo que as pessoas são lembradas pelo que fizeram e não por suas intenções e promessas. Sugeriu que se refletisse sobre isso ao longo da vida.

Tal questão se ajusta perfeitamente aos dias de hoje, serve para cada um de nós e de forma especial aos que detém ou pretendem ocupar uma função pública. Certamente, a sociedade será beneficiada se a conduta individual e coletiva for pautada pela autocritica que daí decorre.

Em tempos eleitorais, da mesma forma que na guerra, a primeira vítima é sempre a verdade. Acabamos de assistir ao espetáculo doloroso, dantesco, ao verdadeiro circo de horrores, que se transformou a campanha eleitoral em seu primeiro turno. Um total e absoluto desrespeito com os cidadãos que dependem de informações honestas e criteriosas para formarem o juízo de valor que permite escolher este ou aquele candidato.

Volte-se à difícil pergunta que intitula este artigo. Como quer ser lembrado o político que hoje postula um cargo público? Quais são suas principais propostas e qual a viabilidade para realizá-las? Mais ainda, entre seus propósitos consta a grave questão da vida em sociedade? Do transporte e do trânsito que agrava e diminui a expectativa de vida das pessoas?

Importante frisar que ao longo de toda a campanha presidencial não foi dito absolutamente nada sobre os acidentes de trânsito. Essa moléstia mortífera que abala a sociedade brasileira, principalmente os jovens, que tem arrancado da garupa de suas motos as conquistas do presente e os sonhos do futuro.

Os candidatos à Presidência da República

desconhecem, ou não se importam, com as 54.777 indenizações pagas pelo seguro obrigatório por morte no trânsito no ano passado. Talvez, por falta de tempo, não tenham calculado que esse número em média represente 150 vidas extintas por dia. Isso mesmo, morre-se mais no trânsito brasileiro do que nos ataques e atentados impiedosos do Estado Islâmico, EI.

Esse quadro torna-se mais dramático quando se considera as 446.206 indenizações por invalidez, ou seja, 1.216 inválidos por dia. Segundo o DPVAT o aumento explosivo de vítimas se deve ao crescente número de motos e atropelamentos. Impossível fazer um planejamento sério para o deficiente sistema de saúde enquanto não estancar essa doença social erroneamente chamada de acidente de trânsito.

Por essa razão fica aqui uma proposta bem clara: que no segundo turno das eleições, se leve em conta como o candidato quer ser lembrado em relação a esta doença que, como tantas outras, pode ser perfeitamente prevenida, tratada e reduzida.

Impossível tratar a doença social do trânsito enquanto não se der uma resposta concreta às manifestações de junho de 2013. O Ministério das Cidades tem que sair de sua pasmaceira e cumprir com suas obrigações institucionais, influenciando as cidades brasileiras a fazerem uma verdadeira revolução na mobilidade urbana.

A qualidade de vida da sociedade brasileira foi fortemente abalada pela falta de investimentos nas cidades, por equivocadas políticas de estímulo ao transporte individual e pela falta de uma política nacional de mobilidade urbana que priorize o transporte público de qualidade. Essa é a vacina que mais previne a doença batizada, erroneamente, de acidente de trânsito.

De imediato tem que se pensar em estra-

tégias de contenção do volume de usuários das vias, estimulando horários alternativos de trabalho para os diferentes segmentos econômicos, integrando urgentemente os modais do transporte público.

O transporte sobre trilhos, eficiente, higiênico e moderno, deverá ser a principal alternativa das cidades na substituição das motos e dos carros. Estimulando-se, onde for possível, o transporte aquaviário. A gratuidade das passagens aos jovens e aos que tenham sessenta ou mais é uma conquista permanente que precisa ser respeitada.

Evidente que tudo deve ser acompanhado por obras estruturais que permitam fluir o trânsito existente, estimulando de forma absolutamente segura os meios alternativos de transporte.

Tudo isso se perde se não for criado, ou recriado, o Programa de Redução de Acidentes, PARE. O Código de Trânsito em seu Artigo 320 determina que toda a receita arrecadada com multas seja usada *exclusivamente* para as atividades do setor. Portanto, recursos existem e não são poucos, o que falta é vontade política para mobilizar a sociedade no combate ao acidente de trânsito.

Cabe agora perguntar aos pedestres, condutores de veículos e governantes como desejam ser lembrados, por seus atos em defesa da vida ou por suas omissões?

* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP. Professor Adjunto da UFSC criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran. Secretário-executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República, Diretor de Planejamento da Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados, Membro do Conselho Deliberativo do Movimento Nacional de Educação no Trânsito-Monatran, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis – Cesusc, Coordenador do Núcleo de Articulação Voluntária, Nav.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



Art. 254. É proibido ao pedestre:

- IV - utilizar-se da via em agrupamentos capazes de perturbar o trânsito, ou para a prática de qualquer folguedo, esporte, desfiles e similares, salvo em casos especiais e com a devida licença da autoridade competente;
- V - andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea;
- VI - desobedecer à sinalização de trânsito específica;



CONCURSO de REDAÇÃO e DESENHO

destaca direitos e deveres dos pedestres

Dois alunos da Escola Básica Municipal Professor Anísio Teixeira ocuparam o lugar mais alto do pódio do IX Concurso de Desenho e Redação promovido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Guarda Municipal de Florianópolis. O tema foi “Direitos e Deveres dos Pedestres” e teve como objetivo aproximar a comunidade do assunto difundido pelo Código de Trânsito Brasileiro. A cerimônia de premiação aconteceu na base da Guarda Municipal, em Coqueiros.

Pela escola localizada na Costeira do Pirajubaé, Ana Carolina Fagundes Wulhynek, do primeiro ano, foi vencedora na categoria de desenho, e Lucas Barcelos Vieira, do quinto ano, na categoria de redação.

Outras vencedoras da categoria de desenho são Nina da Silva e Maria Elisa Borba. Elas estão no segundo e terceiro anos das escolas João Francisco Garcez (Canto da Lagoa) e Osmar Cunha (Canasvieiras), respectivamente. Maria Valdilene da Silva, do quarto ano da Escola Desdobrada Municipal José Jacinto Cardoso (Trindade), também foi primeira colocada na categoria redação.

Os participantes que ficaram em primeiro lugar no concurso ganharam tablets e celulares; em segundo lugar, tablets, e em terceiro, bicicletas. Todos ganharam kits com mochila, estojo e outros materiais escolares. As professoras dos primeiros colocados foram premiadas com câmeras fotográficas digitais.



O CONCURSO

O concurso foi dividido nas categorias de desenho, voltado para alunos do primeiro ao terceiro ano, e de redação, para os estudantes de quarto e quinto ano do ensino fundamental. No total, quinze trabalhos receberam destaque. Foram cinco em cada colocação, sendo um de cada série. Ao todo, aproximadamente cinco mil estudantes da rede municipal participaram do concurso na primeira categoria e cerca de três mil alunos na segunda.

Os trabalhos foram avaliados por etapas. Primeiro, houve um pré-avaliação feita nas escolas, depois os trabalhos passaram pela Guarda Municipal e pela Secretaria Municipal de Educação.

Entre os critérios de avaliação estão a adequação do texto às normas linguísticas, se o texto reportou ao tema de forma pertinente e se os textos obedeceram às normas ortográficas. Já para os desenhos, foram avaliadas a riqueza dos detalhes, a harmonia das cores utilizadas e também se a ilustração inovou na apresentação do tema.

- 1 - **Ana Carolina Fagundes Wulhynek - Escola Básica Municipal Professor Anísio Teixeira**
- 2 - **Lucas Barcelos Vieira - Escola Básica Municipal Professor Anísio Teixeira**
- 3 - **Maria Elisa Borba - Escola Básica Municipal Professor Anísio Teixeira**



Em média, um motociclista morre em rodovias federais a cada 3 dias em SC

Em 2013, 108 condutores de moto morreram em BRs no estado. Nos primeiros seis meses de 2014, foram registradas 59 mortes.

Em média, um motociclista morre a cada três dias em acidente nas rodovias federais de Santa Catarina. Nos primeiros seis meses de 2014, foram registradas 59 mortes. Os números foram divulgados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Em Santa Catarina, o número de motos representa 23% da frota do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A disputa de espaço com os carros está entre as maiores causas de acidentes. No ano passado, foram 3.832 acidentes envolvendo motos, quase a metade com feridos graves.

Só nas rodovias federais catarinenses em 2013, 108 motociclistas morreram. Nos primeiros seis meses deste ano, 59 mortes foram registradas. Em média,

a cada 3 dias um motociclista perde a vida em acidente de trânsito. “Fora aqueles quase mil que, em 2013, foram internados com lesões graves, muitos desses morreram e vários ficaram com sequelas irreversíveis”, afirmou o inspetor da PRF Luiz Graziano.

Em uma simulação feita no último mês de setembro, a PRF chamou a atenção para o ponto cego, o local exato em que o motorista não consegue ver a moto pelo retrovisor. O contador José Carlos tem carro e moto e sabe bem desse tipo de risco. “Eu sei o quanto os pontos cegos do carro são bem evidentes e a gente tem que cuidar para ter uma direção defensiva. Algo que não venha a colocar as pessoas em risco”, disse.

“O motociclista tem que andar em uma posição em que ele veja o motorista pelo espelho. Dessa forma, ele também está sendo visto”, recomendou o inspetor da PRF.

Ildo Raimundo Rosa *



O trânsito fora do pleito

Com o encerramento parcial do processo eleitoral, especialmente no que diz respeito ao provimento dos cargos do nosso Poder Legislativo e dos Executivos Estaduais, chama à atenção a falta de qualquer proposta ou informação quanto as políticas públicas a serem adotadas visando enfrentar essa verdadeira carnificina associada ao alucinado trânsito reinante em nossas cidades e rodovias, o que projeta para este ano a incrível soma de aproximadamente 65.000 mortes, sem incluir os feridos e sequelados que necessariamente terão que ser amparados pelo também caótico sistema de saúde.

Aliás, grande parte das insolúveis dificuldades que estamos enfrentando nas emergências hospitalares é em razão da ocupação indiscriminada dos leitos por acidentados, o que inclusive, de forma bizarra, acaba se refletindo no próprio atendimento do SAMU em razão do emprego das macas das viaturas frente à falta de leitos disponíveis nos hospitais.

Todos estes fatos apesar de terem merecido no seu devido tempo manchetes de jornais, tanto escritos quanto televisivos, passaram despercebidos durante toda a campanha eleitoral.

Contudo, duvido que as elevadas cifras previstas com a arrecadação das multas não serão consideradas pelos novos

gestores. Uma mera consulta no site do DEINFRA demonstra que, no ano de 2013, arrecadou-se a soma de 28 milhões e quinhentos mil reais somente nas rodovias estaduais, sendo que as despesas administrativas totalizaram no mesmo período um milhão e trezentos e sessenta e dois mil reais, portanto um grande negócio...

Enquanto isso, continuamos reféns de rodovias esburacadas, agora assediadas pela adoção dos pedágios como se os valores cobrados através de diferentes rubricas não fossem suficientes, caso pudéssemos estancar a lamentável sangria a que são submetidos os órgãos públicos, especialmente o Ministério dos Transportes e o das Cidades em razão de má gestão ou simplesmente por má-fé, só a profissionalização desses segmentos certamente nos traria outra realidade, melhorando nossos crônicos problemas de infraestrutura o que encarece nossas exportações na hora de escoarmos nossa produção.

Já no âmbito dos municípios, as gerências do sistema viário vêm empregando de forma crescente o monitoramento de suas principais artérias, especialmente quanto ao sistema semaforico, onde os equipamentos, cada vez mais sofisticados, acompanham tanto o excesso de velocidade quanto o respeito à faixa de pedestres e o próprio avanço do sinal. Isso faz com que,

muitas vezes, a infração seja composta de valores significativos elevando em muito os valores arrecadados.

O contribuinte por sua vez frente a essa parafernália de novos equipamentos fica sem muitas alternativas quanto ao recurso apresentado perante as juntas de julgamento, o que acaba resultando no maciço indeferimento dos mesmos, em algumas juntas representado por cerca de três não acolhimentos em cada quatro apresentados.

A constatação destes fatos visa justamente demonstrar que mesmo que se tratem de demandas crescentes da sociedade civil, evidentemente não mereceram por parte de nossos futuros governantes a atenção devida, o que nos faz crer que não teremos no curto prazo pelo menos o reconhecimento dessa questão, cabendo a nós enquanto cidadãos insistirmos na luta, na cobrança de novas ações que mereçam, mais do que nossas severas críticas, o esperado elogio por ver por parte do estado o almejado enfrentamento de tão grave problema.

** Delegado da Polícia Federal. Ex-presidente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATLAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito. Presidente do Conen/SC.*

Presidente do MONATLAN participará do Seminário Volvo de Segurança 2014

O presidente do MONATLAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto Alvarez Bentes de Sá, participará do Seminário Volvo de Segurança 2014, a ser realizado no próximo dia 16 de outubro de 2014, no Hotel Infinity Blue, em Balneário Camboriú.

Na ocasião, três temas de importância para o transportador brasileiro serão abordados. O primeiro diz respeito à imagem do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) perante a sociedade. Serão apresentados os resultados de uma pesquisa nacional realizada recentemente, que traz a avaliação do TRC pela opinião pública brasileira.

O segundo tema está relacionado com a nova visão mundial do Grupo Volvo que pre-

coniza zero acidentes com produtos do Grupo e que começa a ser implementada no Brasil. Neste encontro os benefícios desse conceito serão apresentados, com o objetivo de motivar as transportadoras a adotá-lo.

E o terceiro tema é a ISO 39001 que trata do gerenciamento da segurança no trânsito, que já vem sendo aplicada em vários países e que chegará ao Brasil em breve, oferecendo às empresas uma ótima oportunidade de padronizarem suas ações de segurança rodoviária.

“Certamente, será uma oportunidade única para colocar a segurança rodoviária no alto das prioridades das empresas participantes”, acredita Bentes de Sá.

O seminário será realizado pelo Programa Volvo de Segurança no Trânsito (PVST).





Secretário Nacional de Mobilidade avalia projetos

O secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) do Ministério das Cidades, Raphael Rezende Neto, foi recebido no dia 22 de setembro pelo prefeito Cesar Souza Junior e pelo secretário municipal de Obras, Domingos Zancanaro. O encontro, que contou ainda com a participação de equipe técnica da Caixa Econômica Federal, teve por objetivo apresentar os principais projetos de mobilidade para a Capital, de forma a agilizar a liberação dos recursos e, consequentemente, a execução das obras.

Responsável por formular e implementar a política de mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a SeMob é a condutora da liberação de recursos para os projetos desta natureza. Segundo o prefeito, “o encontro entre técnicos da Prefeitura, Ministério das Cidades e Caixa é de suma importância para que haja um enfoque resolutivo das propostas, dos projetos e das obras”.

Foi nesta direção que o secretário Raphael Rezende Neto avaliou sua visita. “Queremos dar celeridade às tratativas. Entender os projetos, estudar as possibilidades e, na medida do possível, agilizar o processo. Com todos os agentes reunidos, fica mais fácil atingirmos nosso objetivo final, que é a execução e fi-

nalização. Não tem sentido viabilizarmos a liberação de quase R\$ 500 milhões em recursos e demorarmos a ver o resultado. Precisamos dar uma resposta rápida à população”, disse.

O secretário Domingos Zancanaro, responsável pela apresentação dos projetos, acompanhou a comitiva do Ministério em visita aos principais pontos que receberão obras de mobilidade. “Programamos para os técnicos da SeMob um roteiro peloanel viário, pelas rotas do teleférico e de transporte marítimo. O mais importante é realizar uma análise da concepção dos projetos para que entendam sua viabilidade. Acreditamos que este será um passo fundamental para a efetiva liberação dos recursos e o início das obras”, afirmou Zancanaro.

Gerente Executivo de Governo da Caixa Econômica Federal, Rodrigo Gorski acompanhou o roteiro. Para ele, “o posicionamento da Caixa é direcionado a assegurar que os regramentos estabelecidos pelo Ministério das Cidades sejam cumpridos de acordo com as normas e a viabilidade estabelecida pelos cronogramas. Este auxílio visa à economia de tempo e de recursos, facilitando principalmente a execução dos projetos”.

Visita serve para acelerar a liberação de recursos para as obras



Foto/divulgação: Petra Mafalda/PNF

Reino Unido patrocina projeto urbano na Capital

A Prefeitura de Florianópolis e a organização sem fins lucrativos EMBARQ Brasil assinaram no dia 25 de setembro um termo de cooperação técnica, financeira, econômica, social e ambiental. O ato, firmado entre o prefeito Cesar Souza Junior e representantes da organização sem fins lucrativos internacional teve a anuência do embaixador do Reino Unido no País, Alex Ellis.

É que a Embaixada está patrocinando os estudos de qualificação de projetos de mobilidade urbana voltados para Florianópolis, financiados pelo governo federal através do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), que já começaram a ser feitos pela EMBARQ Brasil.

“Achamos que devemos apostar mais na cidade e também no Estado”, disse Ellis ao prefeito. O embaixador estava acompanhado do cônsul honorário do Reino Unido para Santa Catarina, Michael Delaney, que desde abril passou a morar na Capital, depois de mais de 20 anos residindo em Blumenau.

Já a diretora de Relações Estratégicas & Desenvolvimento da EMBARQ Brasil,

Rejane Fernandes, comentou que acredita que “Florianópolis merece uma mobilidade muito melhor do que tem”.

No ato de assinatura do termo de cooperação, Ellis ouviu o prefeito discorrer sobre as potencialidades de Florianópolis, sobretudo na área de tecnologia e inovação, apontada pelo embaixador como uma das alavancas de parcerias com o Reino Unido. O prefeito citou a existência do Sapiens Parque, localizado na Cachoeira do Bom Jesus, e o fato de ele ter obtido um grande impulso recentemente e ter tratamento tributário diferenciado. “Pode ser uma porta de entrada para o Brasil muito interessante”, comentou Cesar Souza Junior.

Agora, o embaixador também se mostrou interessado em saber como o serviço público municipal lida com a sazonalidade do turismo. Expertise neste sentido, adquirido com as Olimpíadas de Londres em 2012, por exemplo, deve ser repassado através da parceria firmada.

Afinal, de acordo com o Secretário de Obras, Domingos Zancanaro, ela tem por objetivos melhorar a acessibilidade, a segurança viária e a segurança pública; a qualidade dos espaços públicos e a saúde pública e, ainda, reduzir a poluição atmosférica e a emissão de gases do efeito estufa.

EMBARQ Brasil

Criada em 2005, a EMBARQ Brasil integra a rede EMBARQ, que tem sua sede mundial em Washington D.C. Ela auxilia governos e empresas no desenvolvimento e implantação de soluções sustentáveis para os problemas de transporte e mobilidade nas cidades brasileiras.

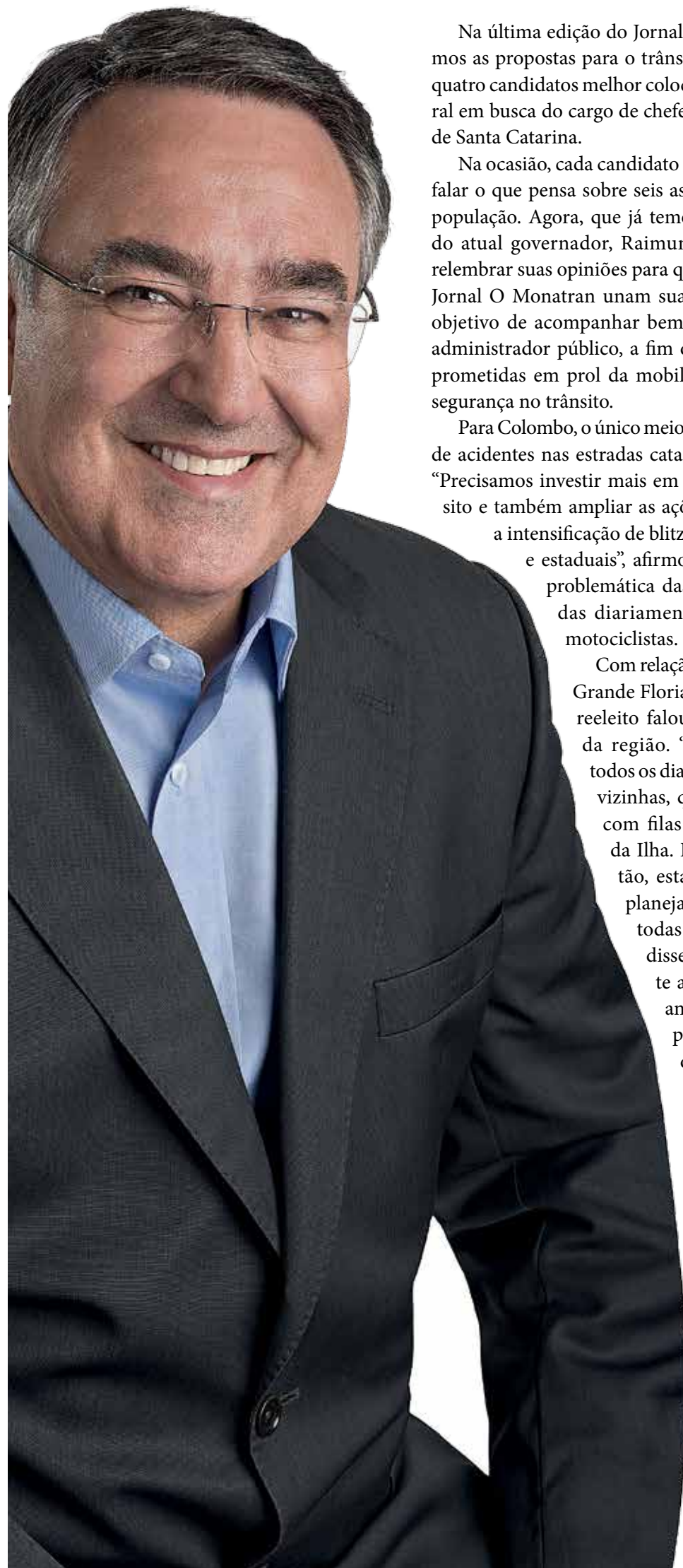


Embaixador do Reino Unido no Brasil, prefeito Cesar Souza Júnior e secretário de Obras

Foto/divulgação: Martinho Ghizzo

TRÂNSITO

O que pensa o governador reeleito de SC



Na última edição do Jornal O Monatran, divulgamos as propostas para o trânsito e a mobilidade dos quatro candidatos melhor colocados na corrida eleitoral em busca do cargo de chefe do executivo estadual de Santa Catarina.

Na ocasião, cada candidato teve a oportunidade de falar o que pensa sobre seis assuntos de interesse da população. Agora, que já temos definida a reeleição do atual governador, Raimundo Colombo, iremos relembrar suas opiniões para que, todos os leitores do Jornal O Monatran unam suas forças conosco com objetivo de acompanhar bem de perto as ações do administrador público, a fim de cobrarmos as ações prometidas em prol da mobilidade, bem estar e da segurança no trânsito.

Para Colombo, o único meio eficaz para a prevenção de acidentes nas estradas catarinenses é a educação. “Precisamos investir mais em educação para o trânsito e também ampliar as ações de prevenção, com a intensificação de blitz nas rodovias federais e estaduais”, afirmou salientando ainda a problemática das ocorrências registradas diariamente envolvendo jovens motociclistas.

Com relação ao trânsito caótico na Grande Florianópolis, o governador reeleito falou das particularidades da região. “Florianópolis recebe todos os dias moradores de cidades vizinhas, que vivem diariamente com filas no acesso e na saída da Ilha. Para tratar dessa questão, estamos trabalhando um planejamento integrado com todas as cidades da região”, disse, lembrando que, neste ano, foi contratado um amplo estudo, o Plamus, para fazer um completo diagnóstico da situação e apontar alternativas. “É um trabalho que já está sendo realizado, ouvindo técnicos da prefeitura, população, entidades, tudo com a supervisão do Governo do Estado. O estudo completo que apresentará soluções para os desafios de mobilidade urbana nos 13 municípios que formam a Grande Florianópolis será apresentado em janeiro de 2015”, assegurou.

Quando indagado sobre a quarta ligação entre a Ilha e o Continente, Colombo respondeu que a prioridade é concluir a Ponte Hercílio Luz, cuja utilização, segundo ele, ajudaria a retirar mais de 20% do tráfego de veículos das duas pontes - Pedro Ivo e Colombo Salles. “Avaliamos propostas e estudos para a quarta ligação entre a Ilha e o Continente, mas nossas energias foram direcionadas para a reabertura da Hercílio Luz, uma demanda histórica do nosso Estado”, enfatizou.

Na oportunidade, o chefe do executivo estadual aproveitou para falar sobre a reforma da Ponte Hercílio Luz, que teve seu contrato rompido e agora aguarda por duas novas etapas. A primeira envolve a contratação de uma empresa para terminar de fazer a estrutura metálica para a sustentação do vão central, trabalho que deve demorar cerca de seis meses. E já durante esta etapa, de acordo com o reeleito, será feita uma nova concorrência, provavelmente internacional, para contratar uma empresa capacitada para fazer a reforma da ponte propriamente dita.

“Vamos, sim, rever a Ponte Hercílio Luz reformada, como um símbolo cultural catarinense e também como uma via para desafogar o trânsito na cidade”, garantiu. Todavia, com relação à sua utilização, Colombo explicou que a definição de quais veículos circularão na ponte e como será a sua integração ainda são pontos que estão sendo estudados em parceria com a prefeitura da capital.

Ao abordar a questão do transporte marítimo na região da Grande Florianópolis, o governador reeleito considerou um erro a falta de sua utilização. Segundo os estudos em andamento sobre este assunto, citados por ele, o transporte marítimo é viável tecnicamente e interessante do ponto de vista financeiro, como sistema complementar e integrado ao sistema de transporte existente. “Estamos caminhando para corrigir isso. Adotamos uma importante ferramenta para buscar projetos, que é o PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse). Trata-se um instrumento legal para o poder público receber estudos e projetos de PPP e concessão. O custo dos estudos é assumido pelo autor da proposta, que participa da licitação, caso o poder público seja convencido da proposta”, esclareceu.

Por fim, Colombo comentou sobre a importância de Organizações Não-Governamentais na luta por um trânsito mais humano e seguro. “A questão da mobilidade é uma preocupação de todos, não só para combater filas e congestionamentos, mas para garantir segurança e preservar vidas. E, por isso, a participação da população, dos motoristas, dos ciclistas, dos pedestres, por meio de organizações e entidades, é fundamental”, afirmou. “O Governo do Estado está ouvindo a população por meio de iniciativas como o Plamus e temos certeza de que essa aproximação só vai contribuir para o desenvolvimento de nossas cidades e para a qualidade de vida dos catarinenses”, concluiu.



JUDICIÁRIO

2ª Turma concede suspensão condicional do processo a deputado acusado de embriaguez ao volante

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, recebeu denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o deputado federal Gladson de Lima Cameli (PP-AC) por embriaguez ao volante, crime previsto no artigo 306 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e lhe concedeu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos da Lei 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais). O parlamentar deverá realizar pagamento de prestação pecuniária a entidade assistencial pelo prazo de dois anos, conforme proposta do MPF.

Consta na denúncia do MPF que, no dia 31 de janeiro de 2012, em operação de rotina da Polícia Militar do Distrito Federal, o veículo conduzido pelo deputado federal foi abordado. Na ocasião, o parlamentar realizou o teste do etilômetro, que indicou concentração de álcool de 1,14 mg por litro de ar expelido pelos pulmões, valor superior ao permitido em lei – acima de 0,33 miligramas é caracterizado o crime de embriaguez ao volante.

O MPF ressaltou que o fato encontra tipificação no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro e, após análise de folha de antecedentes criminais do denunciado, propôs a suspensão condicional do processo, de acordo com as disposições do artigo 89* da Lei 9.099/1995 e do artigo 77 do Código Penal, sugerindo o benefício nos seguintes termos: doação pessoal, bimestral, durante dois anos, de um salário mínimo ao Instituto Vicky Tavares – Vida Positiva, que atende crianças portadoras do vírus HIV, sediada em Brasília (DF).

Em defesa prévia, o acusado alegou impropriedade da denúncia, reservando-se a



discutir o mérito da acusação durante a fase de instrução processual. Manifestou-se ainda pela aceitação da proposta de suspensão processual, nos termos apresentados pelo MPF.

Ao analisar o Inquérito, a relatora afirmou que os elementos fáticos e jurídicos contidos nos autos autorizam recebimento da denúncia. Segundo a ministra, “a peça acusatória descreve satisfatoriamente todos os elementos configuradores de prática do ilícito penal, descrito no artigo 306, do Código de Trânsito Brasileiro, presentes os indícios suficientes de autoria e materialidade, necessários à instauração da ação penal”.

Destacou também que o STF firmou orientação sobre a possibilidade de suspensão condicional do processo em casos análogos, “sendo legítima e proporcional a condição suspensiva consistente no pagamento de prestação pecuniária a entidade assistencial indicada pelo próprio MPF para obtenção do benefício”.

Por fim, a ministra votou pelo recebimento da denúncia, com sursis processual, nos termos propostos pelo MPF. O voto foi seguido por unanimidade pela Segunda Turma.

Empresa de turismo deve pagar tratamento de passageiro vítima de acidente com ônibus

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que condenou a Pluma Conforto e Turismo a arcar com despesas médicas e odontológicas de passageiro que sofreu graves lesões durante acidente envolvendo ônibus da empresa.

Na ação de indenização por danos morais e materiais, o juiz de primeiro grau determinou, em decisão liminar, que a empresa pagasse o tratamento do autor, no total de R\$ 31.650 - incluindo cirurgia plástica, uso de aparelho dentário e medicação”, mediante a apresentação, pelo autor, dos laudos e orçamentos.

Após a manifestação da empresa contra os orçamentos apresentados, o magistrado de primeiro grau intimou-a a fazer o depósito do montante no prazo de 24 horas, sob pena de multa de R\$ 150 por dia de atraso.

A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná. Defendeu que a seguradora por ela contratada tinha responsabilidade direta pelo pagamento. Baseou-se na tese de que as obrigações de pagar quantia certa não são regidas pelos artigos 461 e 461-A do Código de Processo Civil. Por isso, seria ilegal a aplicação de multa caso o pagamento não fosse realizado no prazo. O tribunal manteve a decisão da primeira instância.

OBRIGAÇÃO DE FAZER

O relator do recurso especial no STJ, ministro Antonio Carlos Ferreira, concluiu que não se trata de obrigação de pagar quantia certa. Segundo ele, o autor pediu

que fosse imposta à empresa obrigação de fazer.

“O depósito da quantia objeto dos orçamentos apresentados constitui mera fase para que o autor possa se submeter aos tratamentos necessários à restauração de sua saúde, cumprindo a ré, assim, a obrigação de fazer”, explicou o relator.

Segundo o ministro Antonio Carlos, o autor não pediu a simples quitação de dívida ou o reembolso de um valor pago anteriormente. Como a empresa não atua na área de saúde, o valor depositado servirá para pagar os profissionais que irão realizar os tratamentos médico e odontológico, viabilizando a recuperação do autor. “Somente assim o cumprimento da obrigação de fazer - a prestação de um fato, representado pelo custeio da cirurgia e do tratamento odontológico - estará concretizado”, completou.

A Turma, em decisão unânime, negou provimento ao recurso especial da Pluma Conforto e Turismo.



Morte de feto em acidente de trânsito gera direito ao seguro obrigatório

Em julgamento de recurso especial, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a morte de um feto em acidente de trânsito dá direito ao recebimento do seguro obrigatório (DPVAT). A decisão foi unânime.

O caso aconteceu em Santa Catarina. A mãe estava com aproximadamente seis meses de gestação quando sofreu um acidente automobilístico que provocou o aborto.

Ela moveu ação para cobrar a indenização relativa à cobertura do DPVAT pela perda do filho. A sentença julgou o pedido procedente, mas no recurso interposto pela seguradora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) reformou a decisão.



PERSONALIDADE CIVIL

Para o TJSC, o feto não pode ser considerado vítima para fins de indenização do DPVAT por não ter personalidade civil nem capacidade de direito. Segundo o acórdão, “o nascituro detém mera expectativa de direitos em relação aos proveitos patrimo-

niais, cuja condição depende diretamente do seu nascimento com vida”.

O relator do recurso no STJ, ministro Luis Felipe Salomão, aplicou entendimento diferente. Segundo ele, apesar de não possuir personalidade civil, o feto deve ser considerado pessoa e, como tal, detentor de direitos.

Salomão citou diversos dispositivos legais que protegem os nascituros, como a legitimidade para receber herança, o direito da gestante ao pré-natal - garantia do direito à saúde e à vida do nascituro - e a classificação do aborto como crime contra a vida.

DIREITO À VIDA

“Há de se reconhecer a titularidade de direitos da personalidade ao nascituro, dos

quais o direito à vida é o mais importante. Garantir ao nascituro expectativas de direitos, ou mesmo direitos condicionados ao nascimento, só faz sentido se lhe for garantido também o direito de nascer, o direito à vida, que é direito pressuposto a todos os demais”, afirmou o ministro.

Para Salomão, uma vez reconhecido o direito à vida, não há que se falar em impropriedade do pedido de indenização referente ao seguro DPVAT.

Se o preceito legal garante indenização por morte, disse o ministro, o aborto causado pelo acidente se enquadra perfeitamente na norma, pois “outra coisa não ocorreu senão a morte do nascituro, ou o perecimento de uma vida intrauterina”.



LEGISLATIVO

Proposta estabelece percentuais para distribuição de arrecadação com multas de trânsito

Proposta em tramitação na Câmara dos Deputados altera as regras de distribuição dos valores arrecadados com multas de trânsito para especificar os percentuais que serão destinados a vítimas de acidentes e a ações de melhorias das vias. As novas regras estão previstas no Projeto de Lei 7044/14, do deputado Acelino Popó (PRB-BA).



Pelo texto, metade da arrecadação será depositada em fundo do Sistema Único de Saúde, para o reembolso do tratamento de vítimas de acidentes de trânsito, e outros 25% serão aplicados em obras de melhorias das vias, sinalização, implantação de faixas para bicicletas e passeios de pedestres nas áreas urbanas.

Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei 9503/97) não estabelece percentuais para esses casos, e determina apenas que a receita de

multas de trânsito seja aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização, educação de trânsito e tratamento de vítimas de acidentes de trânsito. O texto vigente prevê apenas a destinação de 5% do valor das multas para fundo nacional destinado à segurança e à educação de trânsito.

Para o autor, a regra atual é generalista. “Especificar que apenas 5% do total têm destino certo, ficando todo o restante ao sabor da conveniência do órgão de trânsito, é insuficiente”, avalia Popó. “Com as alterações propostas, prevendo um mínimo de 50% para o reembolso a vítimas de acidentes e de 25% para obras de melhorias das vias de trânsito, ainda mantemos um percentual de 20% cuja aplicação os órgãos ou entidades de trânsito de cada estado poderão orientar de acordo com as demandas locais”, completa o autor.

TRAMITAÇÃO

O projeto está apensado ao PL 3920/08, do Senado, que tem ainda outros 33 apensados. O projeto principal já foi aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor e aguarda agora análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Projeto aumenta limite de pontos para que CNH de taxista seja suspensa

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7110/14, do deputado Mendonça Prado (DEM-SE), que aumenta de 20 para 40 o limite de pontos relativos a infrações de trânsito aplicados a uma habilitação de um motorista de táxi. Pela proposta, só quando atingisse o patamar o profissional perderia o direito de dirigir.

O deputado argumenta que, em razão do exercício da sua profissão, o taxista está mais sujeito a pequenas multas, e deve ter tratamento diferenciado do ponto de vista legal. “Tal medida não é isonômica e deve ser retificada, se adaptando à situação de uma sociedade plural, onde temos

o exemplo dos taxistas que se expõem a um tempo de trânsito muito superior aos demais cidadãos”, disse.

Tramitação - A proposta foi apensada ao PL 1428/99, que está esperando análise do Plenário.

Nota do Editor: Uma proposta destas é o que podemos chamar de verdadeira aberração. É um absurdo que um legislador defenda a ideia de que um “motorista profissional” tenha o direito de cometer mais infrações do que outros. Para qualquer cidadão em sã consciência é esperado que um motorista profissional seja um bom exemplo para os demais.



Pessoas com deficiência poderão ter passe livre no transporte coletivo

Pessoas com deficiência poderão obter gratuitamente no transporte coletivos urbano e intermunicipal. Os idosos também poderão ter o passe livre ampliado.

O pacote de benefícios consta de proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim (PT-RS), pronta para ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O parecer pela aprovação é do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Os argumentos de Paim em favor da proposta (PEC 49/2007) incluem a ampliação da mobilidade das pessoas com deficiência e a correção de uma injustiça social.

“Parcela considerável dessa população mora nos centros urbanos, o que torna o transporte público municipal imprescindível na busca de educação, trabalho e serviços de saúde. Entretanto, devido ao peso significativo no transporte no seu orçamento familiar, as pessoas com deficiência veem diminuídas suas oportunidades de deslocamento, normalmente já prejudicadas pela baixa mobilidade

que lhes é inerente”, observou Paim.

INVISIBILIDADE SOCIAL

O relator Rollemberg apontou a “inegável relevância social da proposta” ao recomendar sua aprovação.

“Sem liberdade de ir e vir, esse segmento da população (pessoas com deficiência) se vê impedido de sair da invisibilidade social para se tornar protagonista de sua história e exercer sua cidadania”, considerou o relator.

A falta de acesso aos serviços de transporte pela carência econômica reforça - acrescentou em seguida - o estigma da “incapacidade e inaptidão” e afronta o respeito à diversidade humana celebrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (DLG 186/2009). Vale lembrar que este tratado internacional foi incorporado à legislação brasileira em 2008 e tem status de emenda constitucional.

Depois de passar pela CCJ, a PEC 49/2007 será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Projeto obriga divulgação de valores arrecadados com multas de trânsito

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei que obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a divulgar anualmente informações sobre valores arrecadados com multas de trânsito e sobre a destinação desses recursos (PL 7748/14).

A proposta, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), estabelece que o relatório especifique a destinação dos recursos para o custeio dos órgãos responsáveis



pela gestão de trânsito, para educação de trânsito, sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento e fiscalização de trânsito e para o Fundo Nacional de Segu-

rança e Educação de Trânsito.

O texto determina ainda que os órgãos responsáveis pela gestão do trânsito divulguem relatórios periódicos e detalhados sobre os acidentes de trânsito nas cidades e rodovias.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

5 maneiras de evitar acidentes de trânsito

Segundo a OMS, mais de 90% dos acidentes de trânsito ocorridos no mundo são ocasionados por falha humana. Confira maneiras de evitar acidentes!

Muita gente ignora esse dado, mas o fato é que o trânsito brasileiro é um dos que mais mata pessoas no mundo inteiro, apresentando números que superam alguns conflitos e guerras recentemente travadas ao redor do mundo. E segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 90% dos acidentes de trânsito ocorridos no mundo todo são ocasionados por algum tipo de falha humana, o que torna importante saber como evitar esses acidentes. Vamos ver 5 dicas para conseguir isso?

EXCESSO DE LUZ

Uma das coisas que mais causa acidentes, especialmente em vias pouco iluminadas é o excesso de luz ou a falta dela, já que em ambos os casos, o prejuízo aos reflexos do motorista é evidente. O excesso de luz pode ser evitado ao diminuir a intensidade do



farol, pois o farol alto pode cegar momentaneamente o motorista do carro da frente, tanto quando ele se dirige em sentido contrário, como quando ele está seguindo na mesma direção.

FALTA DE LUZ

Já a falta de luz pode acarretar acidentes quando não se vê corretamente o que há na pista. E por isso, é fundamental que o motorista se guie pela faixa branca que existe na lateral da pista, por exemplo, o que irá lhe dar um melhor senso de direção.

PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE CLIMA

Para um motorista que deseja evitar acidentes, dirigir em péssimas condições de clima, com neblina, por exemplo, poderá significar que esse motorista está procurando uma situação de risco.

O ideal, em caso de chuva forte, neblina, neve na pista ou ventos muito fortes é parar em algum lugar seguro e aguardar o clima melhorar.

CONDIÇÕES DA ESTRADA

É fundamental que o motorista que deseja evitar acidentes de trânsito, preste muita atenção às condições da estrada, pois se a via apresentar problemas, as chances de ocorrência de acidentes aumentam em muito.

Portanto, se a via não estiver em boas condições, reduza a velocidade e procure prestar mais atenção aos detalhes, já que muita coisa pode ocorrer por simples descuidos por parte do motorista, especialmente em vias mal sinalizadas e cheias de buracos e obstáculos na pista.

ATENTE-SE ÀS SUAS CONDIÇÕES

Isso é fundamental, pois um motorista que dormiu pouco, que está estressado demais ou que bebeu além da conta, tem grandes chances de causar um acidente de trânsito de grandes proporções. Portanto, é essencial se lembrar de que, se dormiu mal, não dirija! Estressou-se demais, não dirija! E se bebeu demais, não dirija!



Proteção que vai além do capacete

O equipamento mais comum e importante para a proteção de motociclistas com certeza é o capacete, que deve ter a etiqueta de certificação do Inmetro. Mas existem mais equipamentos básicos para a proteção do motociclista.

JAQUETAS E CALÇAS

Especificamente produzidas para motociclistas, jaquetas e calças são confeccionadas em couro ou tecidos resistentes, possuindo boa flexibilidade e proporcionando melhores ajustes ao piloto. Alguns modelos têm proteções internas para articulações e, nos casos das jaquetas, para a coluna.

Para as épocas mais

frias do ano, alguns modelos também têm forro térmico. Recomenda-se a escolha de cores mais claras para uma melhor visualização do motociclista no trânsito.

LUVAS COM PROTEÇÕES

Alguns modelos de luvas oferecem proteção extra para as mãos, poupando-as do atrito. As luvas devem ser leves e resistentes e também se ajustar com facilidade. Outra característica é oferecer proteção contra as condições climáticas, como sol, chuva e vento.

CALÇADOS

As botas para motociclistas oferecem proteção para os pés, calcanhar, tornozelo, e dependendo do modelo, para a canela também. Dê

preferência para as que possuem solado de borracha. Elas devem ficar bem fixas aos pés e dar boa mobilidade.

BALACLAVA

A balaclava oferece proteção contra o frio ou a chuva por contar com materiais isolantes térmicos, proporcionando o aquecimento da cabeça do piloto. Alguns modelos oferecem ainda proteção ao pescoço contra linhas cortantes.

CHOVEU?

Vale lembrar também que, para dias chuvosos, existem capas para chuvas impermeáveis especialmente produzidas para motociclistas, garantindo maior conforto e perfeita vedação, além de botas e polainas para essas ocasiões.

Lei que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis é sancionada

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) está efetivamente instituída. O governador em exercício, desembargador Nelson Schaefer Martins, sancionou no mês de setembro, a lei de criação da região metropolitana. O projeto de lei complementar 1/2014, desenvolvido pelo Estado em parceria com a sociedade civil, foi encaminhado à Assembleia Legislativa em fevereiro deste ano e aprovado pelos deputados no dia 3 de setembro.

“São muitas as finalidades desse projeto, na área do meio ambiente, mobilidade urbana, transporte coletivo. É um esforço concentrado do Estado, das prefeituras e da sociedade civil. Quase um milhão de pessoas vivem nesses nove municípios que vão compor a região metropolitana. Uma população que já vive integrada, que interage e agora terá à disposição recursos de organismos internacionais e de políticas públicas nacionais. A Região Metropolitana da Grande Florianópolis será um órgão técnico a serviço da comunidade”, destacou o governador em exercício.

O projeto original previa que a RMF seria composta por oito municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Durante a tramitação da matéria na Assembleia, os deputados incluíram o município de Governador Celso Ramos, que agora é o nono município a integrar a região. Outra modificação foi a inclusão da



Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis como órgão de supervisão das políticas públicas da região metropolitana de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento, à qual está vinculada a RMF.

A lei prevê a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf), autarquia de regime especial, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial. A Suderf terá o papel de coordenar os serviços comuns de interesse da região, como transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico. “A Região Metropolitana significa olhar com unidade para os municípios conurbados. Representa

uma ação administrativa importante para melhorar a qualidade de vida de quem mora na Grande Florianópolis”, disse o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa.

Para o secretário do Planejamento, Murilo Flores, ainda há muito o que fazer para resolver questões comuns aos municípios da Grande Florianópolis, apesar dos esforços do Estado e das prefeituras para promover ações integradas, e a RMF terá papel fundamental nas políticas públicas. “A Grande Florianópolis é uma região turística e um dos principais desafios é o saneamento básico. Somente um olhar coletivo, com planejamento e integração, permite enfrentar esses problemas de forma efetiva”, avaliou Flores.

Participaram do ato de sanção prefeitos

da Região Metropolitana, parlamentares e sociedade civil, representada pelo Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (Comdes). Na avaliação do coordenador de Governança Metropolitana do Comdes, Adriano Ribeiro, agora é necessário trabalhar com planejamento e focar, a partir de 2015, na resolução dos principais gargalos da região. “É preciso trabalhar com uma gestão técnica para garantirmos os resultados de forma integrada. E o projeto de criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis é um projeto essencialmente técnico”, observou Ribeiro.

OBJETIVOS DA RMF

- Planejamento regional para o desenvolvimento sustentável e integrado dos municípios;
- Cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante descentralização de recursos;
- Redução das desigualdades regionais e melhoria das condições de habitação;
- Prestação integrada de serviços públicos como transporte coletivo, mobilidade urbana e saneamento básico;
- Exercício do poder de polícia administrativa para preservação ambiental, controle da ocupação do solo, definição do sistema viário intrarregional;
- Utilização de incentivos técnicos, financeiros e fiscais para estímulo da atividade econômica.

Novos motoristas, velhos paradigmas

A mobilidade urbana é um dos desafios contemporâneos. Atender aos anseios da sociedade no seu direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal, vai além da possibilidade de se deslocar livremente. É preciso buscar, ao realizar todo e qualquer deslocamento, a melhoria na qualidade da vida urbana e da segurança das atuais e futuras gerações.

Apenas nos primeiros cinco meses de 2014, mais de 1 milhão de novos veículos passaram a integrar a frota nacional, de acordo com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), dando continuidade ao aumento ininterrupto da frota veicular na última década no Brasil. Mais veículos nas ruas e menos ruas para tantos veículos ajudam a entender, por seu lado, os congestionamentos crescentes e o maior tempo gasto nos trajetos cotidianos. Mesmo nos fins de semana, os engarrafamentos tomam conta das vias nas principais capitais do país.

A despeito dos desafios crescentes da mobilidade urbana, recente pesquisa Michelin/Casa 7 mapeou o perfil de jovens motoristas, entre 18 e

25 anos, e identificou que carro ainda é sinônimo de status e realização. O veículo próprio mantém-se como objeto de desejo e segue na lista dos marcadores mais significativos da maioria. Para eles, a motorização ainda significa conforto, praticidade, agilidade e, sobretudo, liberdade e poder.

O estudo confirmou, porém, antigos sinais de alerta: esse jovem que possui espírito livre e vive o presente mais do que ninguém, essa geração de nativos digitais hiperconectados, corre mais riscos, envolvendo muitos outros atores com os quais compartilha sua inserção adulta no mundo do trânsito.

As estatísticas nacionais de mortos e feridos no trânsito corroboram, infelizmente, que o acesso à informação nem sempre se traduz em conhecimento e, tampouco, em atitudes de segurança. Dados do Ministério da Saúde revelam que os acidentes de trânsito superam todas as demais causas de morte entre jovens e posiciona o Brasil como o quarto país em mortes por acidentes de trânsito, ficando atrás da China,

da Índia e da Rússia, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2013, mais da metade das indenizações do Seguro DPVAT foi destinada ao grupo etário de 18 a 34 anos e majoritariamente para homens (76%).

A violência no trânsito tornou-se um dos nossos principais problemas de saúde pública, mas temos avançado positivamente em muitas frentes. Brasília ainda hoje é um exemplo nacional de respeito ao pedestre e, além disso, a lei seca e a fiscalização mais acentuada sobre os motoristas em relação ao beber e dirigir produziu resultados importantes na redução da mortalidade no trânsito na capital federal desde 2008. De acordo com o Detran/DF, o número de acidentes fatais caiu de 462 para 361 ocorrências (-20,9%) e o de mortes no trânsito reduziu 20,8%, caindo de 500 para 396, mesmo com o crescimento contínuo da frota veicular.

Os importantes resultados dos últimos anos se devem, ainda, ao início das operações conjuntas, em dezembro de 2011, que consistem na integração de recursos e estra-

tégias de diversos órgãos públicos, forças policiais e do órgão gestor do trânsito na capital, em consonância com o que preconiza a OMS. Focando as intervenções em pontos com maior frequência de acidentes, essas ações fiscalizam, principalmente, a embriaguez ao volante e o excesso de velocidade, dois fatores de risco decisivos.

Não faltam provas, portanto, de que podemos transformar o grave quadro do trânsito em nossa sociedade, alcançando maior justiça, segurança e saúde na mobilidade. O tema da Semana Nacional de Trânsito de 2014 fala dessa cidade em que as pessoas e a vida vêm sempre em primeiro lugar e isso passará por uma mudança de cultura e pela maior conscientização dos jovens, que devem continuar a ser o alvo das campanhas de segurança no trânsito.

Em 2015, o Brasil sediará a II Conferência Mundial sobre Segurança Viária. Podemos fazer a diferença e devemos fazer a diferença, demonstrando que segurança no trânsito é um querer coletivo que começa na ação de cada um.



CARTAS

CINTO PARA CACHORRO

“Infelizmente, pouca gente se conscientizou da importância de se utilizar equipamentos de segurança em seus animais dentro dos veículos. Raramente, se vê animais utilizando cintos especiais ou sendo transportados dentro de caixas apropriadas. Espero que a experiência relatada nas Notas e Flagrantes da última edição, desperte a atenção destes que dizem amar seus animais, mas não se atentam para estes cuidados.”

Bruna Freitas – Campo Grande/MS

LIÇÕES DE UMA PONTE

“Sem dúvida alguma, também espero que a situação da Ponte da Integração acenda uma luz de alerta nos gestores públicos responsáveis pelas pontes que entram e saem da Ilha de Florianópolis. Se um carro parado na pista já causa um transtorno enorme, imagina algum tipo de interdição, por conta da falta de manutenção. Além disso, é necessário se pensar com urgência em outras opções de travessia. Não é possível que continuemos reféns do transporte rodoviário em uma cidade cercada por água por todos os lados.”

Marcos Leiva - Florianópolis/SC

CANDIDATOS

“Parabéns ao Jornal O Monatran pela iniciativa de questionar aos candidatos ao governo de Santa Catarina sobre as questões trânsito e mobilidade. Isso porque, dificilmente, eles falam sobre este assunto sem serem provocados. Parece até que não temos mortes no trânsito por aqui e que os nossos hospitais não estão com suas emergências superlotadas de sequelados desta guerra silenciosa. Agora que já temos a definição de quem estará no poder pelos próximos quatro anos, nossa missão é acompanhar bem de perto e cobrar para que cumpra suas promessas de campanha!”

Juliano Gonçalves - Palhoça/SC

VOTE EM TRÂNSITO

“Infelizmente, o primeiro turno das eleições se foi e quase nada foi dito com relação à segurança viária. É incrível como os candidatos em geral, de todas as esferas, parecem, simplesmente, ignorar a questão trânsito. Fico me perguntando: será que eles não conhecem as estatísticas catastróficas que envolvem a questão? Ou será que eles não percebem que o trânsito tem tudo a ver com as questões de segurança pública e saúde?”

Luiz Cardoso - Brasília/DF

PONTE HERCÍLIO LUZ

“Confesso que já perdi as esperanças de ver a Ponte Hercílio Luz recuperada e contribuindo para o sistema de mobilidade da Grande Florianópolis. As indas e vindas são tantas, que fica difícil acreditar que tal imbróglio um dia se resolverá. O pior é acompanhar este jogo de empurra, que só faz atrasar cada dia mais o fim desta novela. Será que não existem mais empresas e governos sérios neste país?”

Silvani de Souza - São José/SC

MAURO MOTORISTA

“Me divirto com as tirinhas do Mauro Motorista. Quem se aventura no transporte coletivo sempre enfrenta uma guerra para conseguir um lugarzinho sentado. E quando entra algum idoso, grávida ou mãe com criança de colo, parece que sempre dá um surto coletivo de sono ou introspecção. Quem está sentado, se não está fingindo que dorme, fica olhando fixamente para janela até o final da viagem. Como sempre, nosso maior problema está na questão educação.”

Cintia Godoy - São Paulo/SP

CONEN/SC

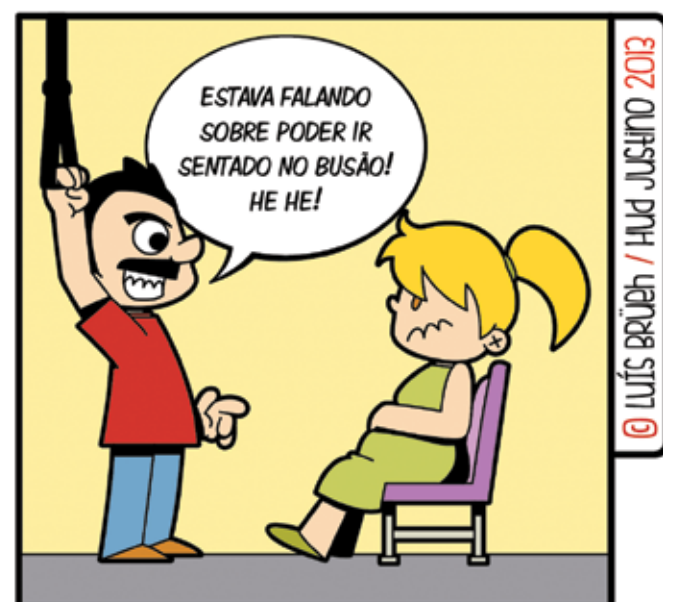
“Gostei muito do artigo do Dr. Ildo Rosa! Realmente, o Conen e a segurança viária têm tudo a ver e o problema é muito mais sério do que pensamos. Fico feliz também por saber que uma pessoa tão capaz estará à frente deste órgão tão importante. Que Deus o abençoe neste trabalho!”

Marilda Dias - Joinville/SC

FLAGRANTE ABSURDO

“Lamentável a atitude do tal gestor público que estacionou em cima da faixa de pedestres próxima à Câmara de Vereadores de Florianópolis. É uma pena que o leitor não tenha revelado o nome do sujeito. Provavelmente, ele continuará cometendo este tipo de infração sem se preocupar com o mau exemplo que está protagonizando.”

Péricles de Aquino - Florianópolis/SC



Ação é lançada para exigir intérprete de sinais em provas do Detran

Uma campanha promovida pela jornalista Ivy Farias alerta para a falta de acessibilidade nas provas nos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detran). Militante de Direitos Humanos e estudante de libras (língua brasileira de sinais), a profissional de imprensa conseguiu reunir diversos artistas em prol da iniciativa, que denuncia a falta de meios para que pessoas com deficiência auditiva realizem os testes.

Entre as exigências, a ação criada por Ivy pede um intérprete de sinais nos locais de prova para auxiliar os candidatos. “A questão da surdez e da libras é um tópico de futuro”, diz. Atualmente, uma pessoa com deficiência auditiva enfrenta inúmeras dificuldades para conseguir a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), documento que autoriza os cidadãos a conduzir veículos no país.

Na campanha, celebridades como Glória Menezes, Ronnie Von, Regina Duarte e Sabrina Sato aparecem segurando um cartaz com o slogan:

“Detran sem libras = surdo sem acessibilidade”.

Com diversos trabalhos voluntários na carreira, o fotógrafo Gustavo Scatena topou participar da iniciativa na hora. “Entendo que seja importante contribuir com a sua especialidade. Por meio da profissão, somos capazes de contribuir com causas importantes”, conta.

Há dois anos, o fotógrafo lista clica celebridades para o calendário do Instituto Olga Kos, que promove a inclusão de pessoas com síndrome de Down. Scatena convidou Ivy para ajudá-lo na produção deste trabalho e daí surgiu a chance de fotografar para a ação do Detran.

“Como jornalista, não adianta, você não apenas estuda o idioma, mas acaba entrando na causa. O jornalista é curioso. Tive curiosidade sobre tudo que envolvia libras, como a campanha. Foi então que subi no escritório do Gustavo, peguei uma folha sulfite e escrevi para ele fotografar”, diz Ivy.

Acidentes mais graves ocorrem entre jovens e de madrugada

Assumir riscos é inerente à juventude. Esse comportamento, contudo, reserva algumas armadilhas: uma das mais comuns, infelizmente, faz dos jovens as vítimas mais comuns de acidentes no trânsito. Segundo pesquisa promovida pela Liberty Seguros, entre agosto de 2013 e julho de 2014, foram registrados 144.417 acidentes de trânsito, dos quais 9.319 foram provocados por jovens entre 18 e 25 anos no Brasil.

Embora essa faixa etária não responda pela maior parcela de acidentes na soma geral, ela é a que mais se envolve em ocorrências entre meia-noite e seis da manhã, 10,8% do total do grupo. Outro dado que chama a atenção é a maior gravidade dessas colisões ocorridas durante a madrugada, com perda total do veículo em 13,5% dos casos.

O grupo entre 26 e 35 anos responde por 23.134 colisões, porém, com menor concentração de acidentes na madrugada (7%) e menor número de sinistros que resultaram em indenização integral (11,2%).

Observa-se que nas faixas etárias mais avançadas, os números caem significativamente. Condutores entre 36 e 45 anos responderam por 21.817 acidentes, dos quais apenas 5,1% ocorreram na madrugada e 10,1% resultaram na indenização integral do veículo. Entre 46 e 55 o número de colisões é de 17.917, sendo 4,9% na madrugada e 9,5%

com indenização integral. Motoristas com idade acima de 55 anos estiveram em 18.867 ocorrências, 3,4% delas ocorridas entre meia-noite e seis da manhã, resultando em 8,1% de indenização integral do automóvel, de acordo com o levantamento.

Considerando apenas o período, mesmo concentrando um menor número de casos, 6.673 ao todo, a madrugada ainda é proporcionalmente mais violenta, respondendo por 24,8% do total de indenizações integrais. O período da tarde é o que registra mais ocorrências, com 56.170 colisões, mas apenas 6,2% delas de maior severidade.

A região do país que concentra a maior incidência de acidentes é a Sudeste, com 58.249 (40,33%) casos, sendo que 86,41% resultaram em perda parcial e 7,99% em indenização integral.

No Sul foram 49.707 (34,42%) ocorrências, das quais 89,71% resultaram em danos parciais e 7,62% em perda total. No Nordeste por sua vez foram 19.664 casos (13,61%), 87,49% com perda parcial e 8,71% com indenização integral.

No Centro-Oeste, dos 12.420 (8,60%) acidentes, 90,56% correspondeu a perdas parciais e 7,01% a perda total do veículo. Por fim, no Norte foram 4.377 (3,03%) casos, com 91,01% e 7,15% respectivamente. *Fonte: Autopolis*

ESPAÇO LIVRE

Marcelo José Araújo*



Acostamento: transitar X ultrapassar

Muitos leitores já passaram pela situação de enfrentar um engarrafamento em rodovia, ou por obra, ou por acidente, ou ainda pelo volume de tráfego. Nessa situação, diversos motoristas não têm paciência e utilizam o acostamento para fugir do engarrafamento. Alguns porque querem passar a vez na fila e outros porque já estão próximos de alcançar a via de acesso que pretendem alcançar. Em algumas dessas situações a polícia rodoviária está de prontidão para flagrar a situação e autuar os infratores, restando saber qual seria o enquadramento mais adequado: se transitar pelo acostamento ou ultrapassar pelo acostamento, como passaremos a analisar.

O Art. 193 do Código de Trânsito prevê como infração gravíssima 3 vezes (7 pontos e multa de R\$ 587,00) transitar pelo acostamento, enquanto o Art. 202 da mesma Lei prevê que é de natureza grave (4 pontos e R\$ 127,00 de multa) a ultrapassagem pelo acos-

tamento, e a Lei 12971 que entrará em vigor em 01/11/14 tornará gravíssima 5 vezes. Pela definição contida no Anexo I do Código de Trânsito, a ultrapassagem é o movimento de passar à frente de outro veículo que está no mesmo sentido e em velocidade menor, na mesma faixa, e retornando à faixa de origem após concluir a manobra. Transitar pelo acostamento seria praticamente transformá-lo numa outra faixa de trânsito.

Como falamos acima, alguns motoristas querem alcançar algum acesso próximo, e nos parece que realmente passam a transitar pelo acostamento elegendo-o como outra faixa de trânsito, enquanto outros motoristas têm a intenção de retornar à faixa de origem e objetivam transpor os veículos engarrafados. O fato dos veículos engarrafados estarem em velocidade baixíssima ou quase parando pode ser relevante, pois pela definição de “ultrapassagem” parece que a velocidade do veículo a ser ultrapassado

é um pouco menor, mas não de forma tão expressiva.

Poderia parecer simples, e até seria, não fosse a brutal diferença de penalidade a ser aplicada em cada caso, cujo enquadramento infracional ficará a cargo do agente, lembrando que tal critério não pode levar em conta qual deles punirá mais ou menos, e sim o que de fato está ocorrendo. O agente também não tem como adivinhar se o objetivo do condutor é alcançar a via de acesso ou se pretende retornar à faixa original. Ambas as infrações oferecem risco porque no acostamento pode haver pedestres, ciclistas, veículos em reparo, restando saber o motivo pelo qual o legislador impôs tamanha diferença de resposta a ser dada em cada caso, e em novembro a diferença de gravidade será invertida

* - Advogado, Presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OAB/PR

DNIT apresenta projeto de ampliação da Via Expressa

Ampliar a capacidade da Via Expressa (BR-282), nos trechos entre São José e Florianópolis, é um dos objetivos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/SC).

O projeto básico, em fase final de elaboração, foi apresentado no final da tarde do dia 9 de outubro pelo superintendente Regional do Dnit no Estado, Vissilar Pretto, aos prefeitos de Florianópolis e São José, Cesar Souza Junior e Adeliana Dal Pont.

Cesar Souza Junior pretende aproveitar a visita da presidente da República, Dilma Rousseff, à Capital, no dia 17 de outubro, para buscar seu apoio ao projeto de ampliação da capacidade da Via Expressa. “O projeto é excelente, com soluções muito bem estudadas em pontos nevrálgicos da cidade.

Não tem viés rodoviarista, mas humanizado”, comentou Cesar Junior sobre o projeto previsto para ser concluído ainda neste mês de outubro. O prefeito acredita se tratar da obra federal mais importante da Grande Florianópolis.

Na ocasião, o prefeito comprometeu-se a tomar as providências cabíveis para oficializar a anuência da prefeitura quanto ao uso e ocupação do solo. A medida visa a respaldar o pedido de licença ambiental à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) nos próximos dias, para que o Dnit possa realizar audiências públicas em Florianópolis e São José.



cias públicas em Florianópolis e São José.

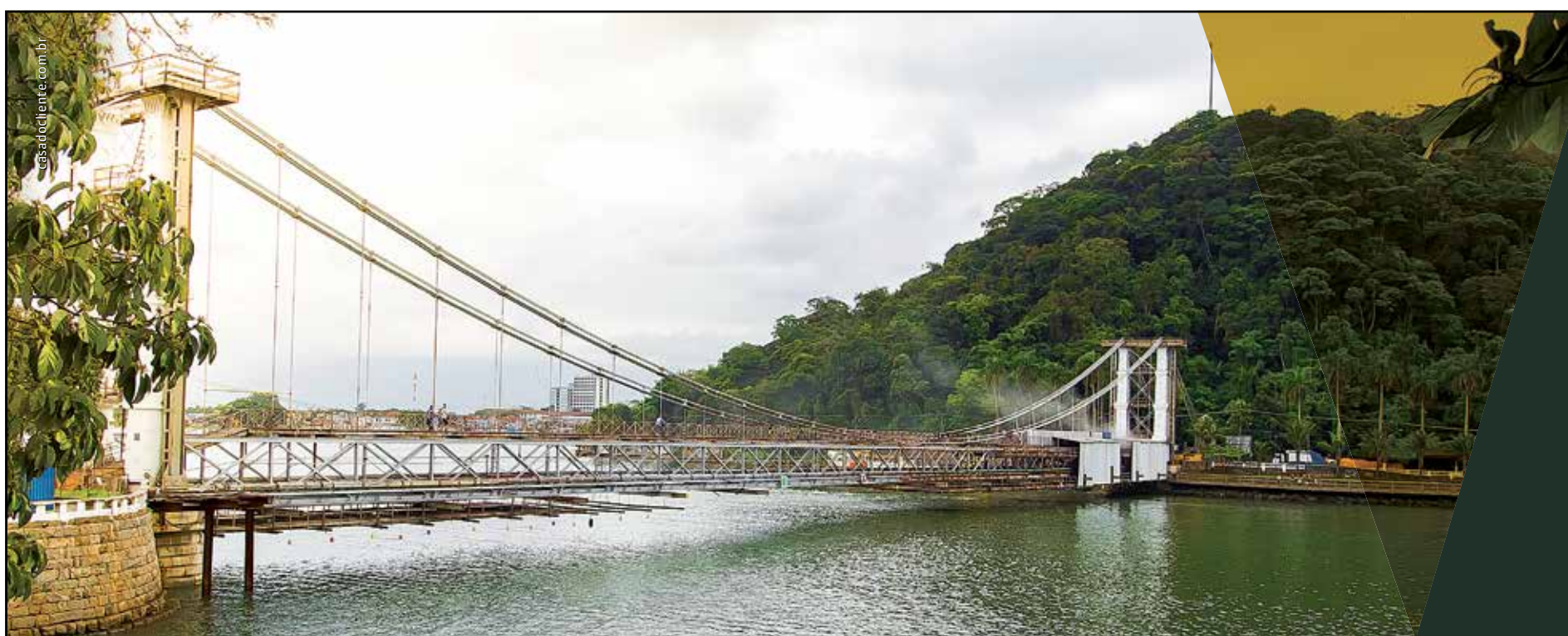
O órgão federal também trabalha com a previsão de dispor do projeto executivo até o mês de dezembro e de poder licitar a obra, orçada em torno de R\$ 500 milhões, no primeiro trimestre de 2015.

O projeto básico contempla vias exclusivas para ônibus e comunicação interbairros sem a passagem

pela Via Expressa, embora não contemple a conectividade da Via Expressa com a Ponte Hercílio Luz. Segundo o chefe da Área de Estudos, Projetos e Meio Ambiente do Dnit/SC, engenheiro Huri Alexandre Raimundo, “obra complementar neste sentido já está sendo pensada”. Ele acredita que as soluções apresentadas devem ser adaptáveis para necessidades futuras.

Dentre as soluções projetadas para melhorar a mobilidade urbana da Via Expressa, pela qual passam 120 mil veículos por dia, está ampliá-la de modo que contemple, em cada um dos sentidos, separados por um canteiro central, três faixas para veículos ladeadas de faixas de acostamento (que futuramente podem assegurar uma quarta faixa para veículos) e uma faixa exclusiva para ônibus. Além disso, está prevista uma via lateral expressa também separada da faixa de acostamento por canteiro, por sua vez ladeado de passeio para pedestre, ciclovia e faixa para dutos (serviços públicos).

“É um projeto audacioso que precisa ser discutido e colocado em prática”, reforçou o superintendente Regional do Dnit, Vissilar Pretto.



Restauração e reforma da Ponte Pênsil
São Vicente – São Paulo

O QUE FAZ UMA OBRA SER UM PATRIMÔNIO É SUA CAPACIDADE DE INTERLIGAR PASSADO E FUTURO COM SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE.

Restauração de patrimônio histórico e arquitetônico
Retrofit | Recuperação estrutural | Obras especiais

www.concremat.com.br

CONCREJATO
obras especiais

Líder em obras
de restauração
e estrutura.